



23 | 24

Projetos da Presidência



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



É com grande honra e profundo sentimento de responsabilidade que apresento o Portfólio de Projetos realizados pelo egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná durante a gestão 2023-2024.

Nosso compromisso com a democracia se reflete em uma gestão que valoriza o entendimento, o respeito, o diálogo e a diversidade. Com base nesses pilares, conduzimos nossa administração de forma estratégica e inovadora, buscando sempre aprimorar a eficiência e a transparência nos serviços prestados à sociedade.

Em 2024, nossa Corte completou 133 anos de história, ao mesmo tempo em que celebramos os 301 anos da justiça togada em nosso estado. Este marco histórico nos inspira a continuar escrevendo novas páginas na trajetória do Judiciário paranaense, guiados pelo firme propósito de modernizar e transformar a nossa instituição.

Este Portfólio reúne os principais projetos que marcaram nossa gestão, com destaque para a Reforma Administrativa "Marcos Christo", uma transformação significativa na estrutura organizacional do Tribunal, que reduziu o número de departamentos e criou secretarias especializadas, permitindo uma gestão mais ágil e coordenada. Esse projeto não apenas aprimorou a eficiência operacional, mas também fortaleceu o sentido de pertencimento entre os servidores, que foram fundamentais no redesenho dos processos.

A Reforma Administrativa, nomeada em homenagem ao Dr. Marcos Vinícius Cristo, que foi juiz auxiliar e teve uma influência decisiva em nossa gestão, é um testemunho de nossa dedicação à modernização e ao fortalecimento institucional do TJPR. Com a reestruturação, alcançamos uma nova dinâmica de trabalho, mais eficiente e adaptada às necessidades atuais, promovendo uma administração pública mais eficaz e próxima da realidade dos nossos servidores e cidadãos.

Este Portfólio é um testemunho do trabalho árduo e dedicado de todos os magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Convido todos a explorar este documento e a conhecer as realizações que têm moldado e modernizado o nosso Tribunal.

Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná



Índice

1.	Reforma Administrativa "Marcos Christo"	04
2.	Programa Avançado de Formação Executiva para Lideranças	06
3.	Política de Utilização de Inteligência Artificial Generativa	08
4.	Comissão de Aceleração de Inteligência Artificial	10
5.	NatjusGPT e JurisprudênciaGPT	12
6.	Verificação por Semelhança de Recursos aos Tribunais Superiores	14
7.	Programa de Integridade	16
8.	PREPARAR – Programa de Preparação para Aposentadoria	18
9.	Ouvidoria da Mulher	20
10.	Moradia Legal	22
11.	Política Antimanicomial	24
12.	Unidades de Progressão	26
13.	Usina Fotovoltaica	28
14.	Novo Padrão Construtivo	30
15.	E-Fórum	32
16.	Memorial de Direitos Humanos	34
17.	Central de Movimentações Processuais - CMP	36
18.	Secretarias Especializadas em Movimentações Processuais - SEMP	38

01.

Reforma Administrativa "Marcos Christo"

Esta reforma, nomeada em honra ao dr. Marcos Vinícius Christo, juiz auxiliar cuja influência foi fundamental durante sua atuação nesta gestão, foi projetada para transformar radicalmente a estrutura organizacional do Tribunal. Com mais de 240 horas de dedicação, a reforma reduziu o número de departamentos de 22 para 9, consolidando funções para criar um fluxo de trabalho mais ágil e menos suscetível a redundâncias. Esse rearranjo resultou em secretarias especializadas, cada uma liderada por um diretor qualificado, propiciando uma gestão mais focada e eficiente. A reforma busca a eficiência operacional e, também, fortalecer o sentido de comunidade e propriedade entre os servidores, considerando suas perspectivas e experiências no redesenho dos processos.





02.

Programa Avançado de Formação Executiva para Lideranças

O Programa Avançado de Formação Executiva para Lideranças, desenvolvido para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) pelo Insper, foi criado com o objetivo de capacitar as lideranças do Tribunal nos princípios fundamentais da gestão executiva. Com enfoque em estratégia, liderança, finanças, inovação, gestão de processos e gestão de projetos, o programa capacitou 20 executivos da cúpula administrativa para atuarem de forma mais estratégica e eficiente, alinhando suas ações com a missão, a visão e os objetivos estratégicos do TJPR. Durante o curso imersivo de 80 horas, os participantes tiveram a oportunidade de debater tópicos críticos e desenvolver habilidades essenciais para liderar a transformação administrativa implementada recentemente no Tribunal. Dessa forma, garante-se que a gestão dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros seja otimizada e eficaz.



03.



Política de Utilização de Inteligência Artificial Generativa

A Política de Utilização de Inteligência Artificial Generativa do TJPR foi criada para garantir o uso responsável e seguro dessas tecnologias por magistrados e servidores. O objetivo dessa política é orientar os usuários a utilizarem as ferramentas de IA como suporte ao trabalho, sem substituir a responsabilidade humana sobre os resultados. Essa proposta enfatiza a importância de seguir os Códigos de Ética, a Política de Privacidade e outras normas institucionais, assegurando que o uso da IA esteja alinhado aos valores do Tribunal. Além disso, a política prevê a criação de um Guia Orientativo e a realização de treinamentos periódicos para garantir que todos os envolvidos utilizem essas tecnologias de maneira segura e eficaz. Assim, promove-se a inovação sem comprometer a integridade dos serviços prestados à sociedade.

04.

Comissão de Aceleração de Inteligência Artificial

A criação da Comissão de Aceleração de Inteligência Artificial, pelo TJPR, tem como objetivo principal incentivar o uso responsável de ferramentas de IA generativa entre magistrados e servidores. A comissão, composta por 50 magistrados e 50 servidores, será responsável por testar ferramentas, como o Microsoft 365 Copilot, ChatGPT, Gemini, Claude e outros, ao longo dos próximos meses e avaliar suas funcionalidades e segurança no contexto de audiências e da distribuição de documentos no sistema Projudi. O foco é garantir que essa tecnologia seja adaptada às necessidades do Judiciário paranaense, considerando tanto sua eficácia quanto a responsabilidade ética em relação ao jurisdicionado. Além disso, os participantes passarão por um curso de formação e, ao final do período de teste, avaliarão o custo-benefício da ferramenta, recomendando sua adoção em todo o Judiciário, caso seja considerado adequado. Essa iniciativa reforça o compromisso do TJPR com a inovação, sem renunciar a responsabilidade e a segurança no uso de novas tecnologias.





NatjusGPT e JurisprudênciaGPT

O NatjusGPT e o JurisprudênciaGPT são projetos de ponta que integram a inteligência artificial generativa no processo de busca e análise de jurisprudência. Essas ferramentas transformam a maneira como as informações são acessadas e utilizadas dentro do Tribunal, oferecendo uma interface de interação natural e intuitiva. Esses sistemas aceleram a recuperação de informações relevantes e garantem a segurança e a privacidade dos dados. Além disso, são construídos sobre uma plataforma que respeita a confidencialidade das informações sensíveis tratadas pelo Judiciário.

05.

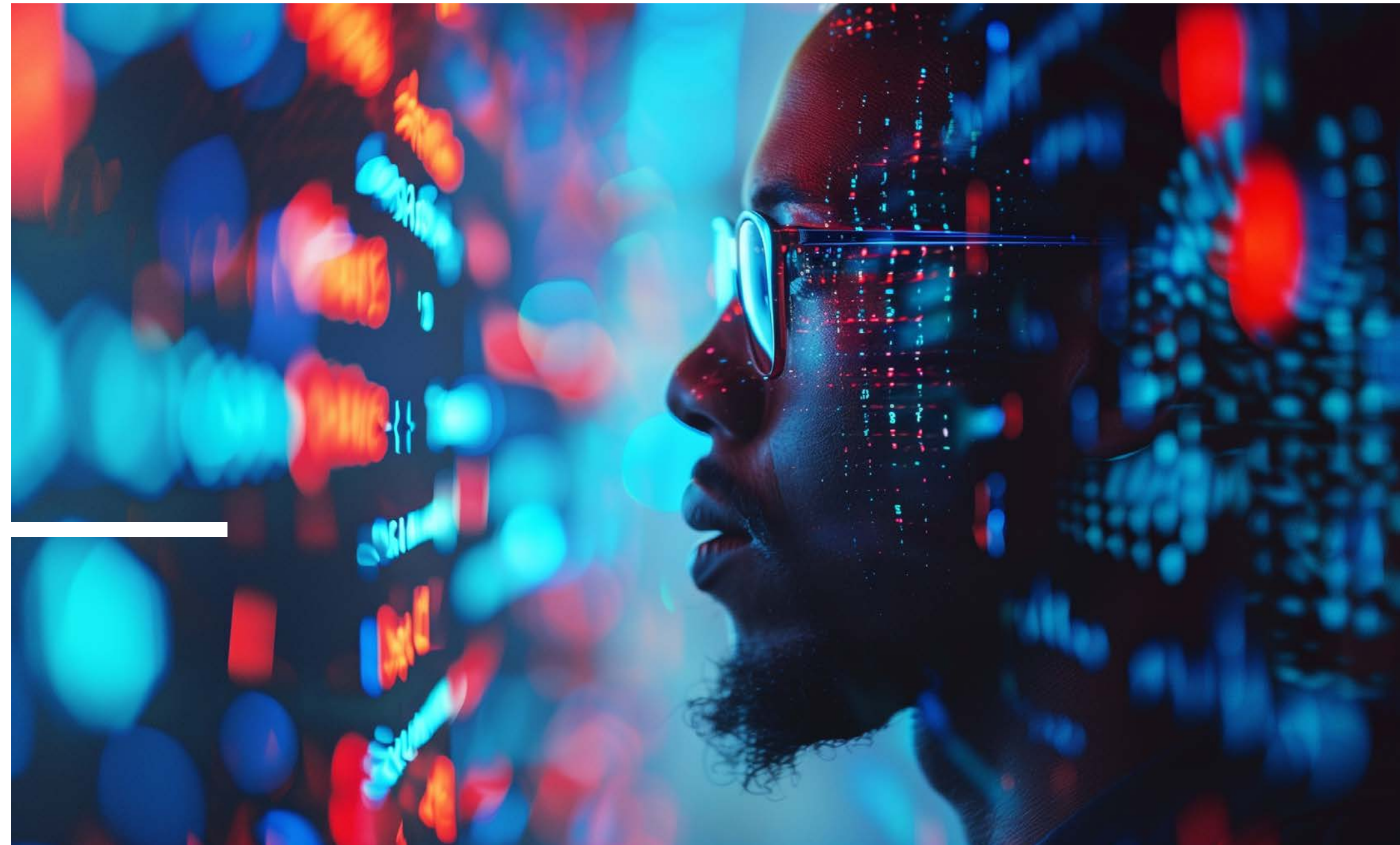




06.

Verificação por Semelhança de Recursos aos Tribunais Superiores

Este projeto emprega tecnologia de inteligência artificial para auxiliar na identificação de precedentes e similaridades entre casos, facilitando a elaboração de teses e argumentos jurídicos mais precisos e fundamentados. A ferramenta de verificação por semelhança é uma inovação significativa que permite aos assessores e magistrados economizarem tempo e esforço em pesquisas. Além disso, a ferramenta contribui para aumentar a consistência nas decisões judiciais ao referenciar casos anteriores com características semelhantes.





Programa de Integridade

Lançado sob a influência direta das primeiras iniciativas da atual gestão, este programa se fundamenta na integração de práticas éticas rigorosas. Sua implementação abrange diversos aspectos, desde a indução de um comportamento ético exemplar na alta administração até a adoção de processos robustos de auditoria e monitoramento contínuo. O programa é estruturado em torno de pilares como a gestão de riscos, a integridade dos controles internos e a promoção de uma cultura de diversidade e inclusão. O esforço colaborativo entre a Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade e a alta administração foi vital, assegurando que as políticas e práticas de integridade permeiem todos os níveis do Tribunal.



PREPARAR – Programa de Preparação para Aposentadoria

O PREPARAR oferece um framework abrangente para preparar magistrados e servidores para a transição da vida ativa para a aposentadoria, contemplando aspectos psicológicos, financeiros e de saúde. Lançado antes mesmo da Resolução nº 526 do CNJ, que trata da aposentadoria de magistrados e servidores, esse programa pioneiro tem como objetivo facilitar uma transição suave e bem-informada para a aposentadoria. A iniciativa inclui workshops, seminários e sessões de aconselhamento individual, oferecendo suporte em áreas cruciais como planejamento financeiro, bem-estar físico e mental e gestão de mudanças de vida. Além disso, o programa integra uma plataforma de bem-estar que oferece aos participantes acesso a serviços de saúde e atividades físicas a custos reduzidos, promovendo uma abordagem holística de preparação para a aposentadoria.

08.

09.



Ouvidoria da Mulher

A Ouvidoria da Mulher foi instituída para proporcionar um canal de comunicação e resolução específico para questões de violência contra a mulher. Este órgão trata as denúncias e acompanha os casos, além de trabalhar proativamente na educação e prevenção, colaborando com outras agências para oferecer um suporte abrangente e especializado. A criação da Ouvidoria é uma resposta direta às necessidades emergentes de proteção e suporte às mulheres, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e que ações eficazes sejam implementadas para promover a segurança e a justiça.





Moradia Legal

O programa Moradia Legal é um exemplo marcante de como o Tribunal está abordando as questões de propriedade e habitação de forma inovadora e socialmente responsável. Este programa tem facilitado a regularização de propriedades para milhares de famílias, oferecendo segurança jurídica e a possibilidade de melhorar a qualidade de vida dessas famílias. A colaboração com as prefeituras locais é essencial, pois permite a execução de processos mais rápidos e menos custosos, resultando em um impacto significativo no bem-estar social e econômico das comunidades envolvidas.

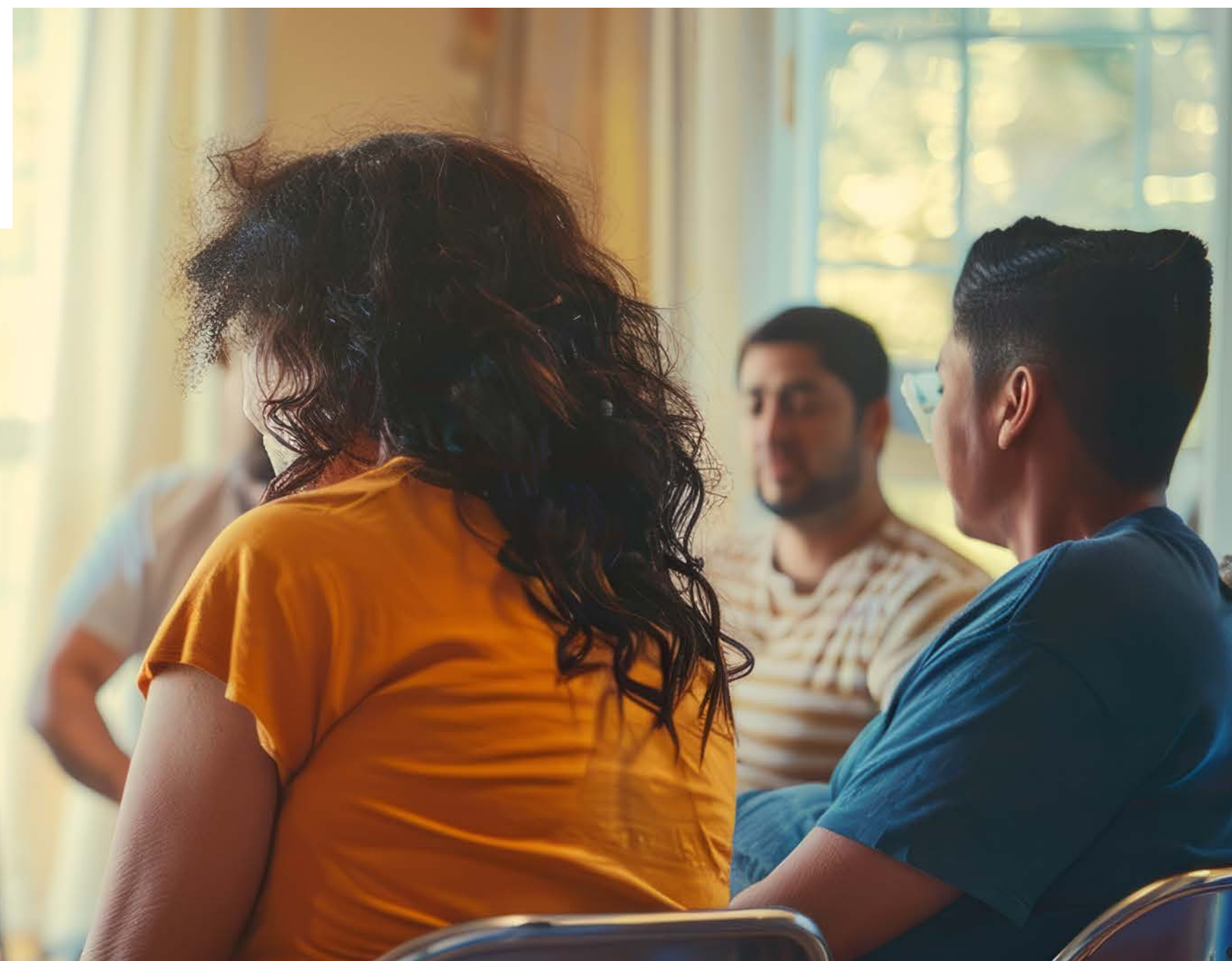
10.

Política Antimanicomial

A implementação da Política Antimanicomial reflete o compromisso do Tribunal com os direitos humanos e o tratamento ético das pessoas com transtornos mentais. Esta política visa transformar a maneira como os pacientes são tratados em instituições psiquiátricas, promovendo abordagens mais humanizadas e menos restritivas. O Tribunal tem colaborado estreitamente com o CNJ e outras instituições para promover seminários e treinamentos que ajudam a reformular as práticas de cuidado e a integrar esses indivíduos de volta à sociedade de forma digna e respeitosa.



11.





12.

Unidades de Progressão

As Unidades de Progressão representam uma inovação significativa no sistema prisional, pois focam na ressocialização dos detentos através de programas que oferecem educação, trabalho e acesso à cultura e à tecnologia. Este modelo tem demonstrado sucesso ao reduzir a reincidência e ao promover uma reintegração social mais eficaz e humana. O trabalho nessas unidades envolve uma colaboração multidisciplinar e um compromisso com a Justiça Restaurativa, refletindo um movimento mais amplo em direção a sistemas penais mais progressistas e eficazes.



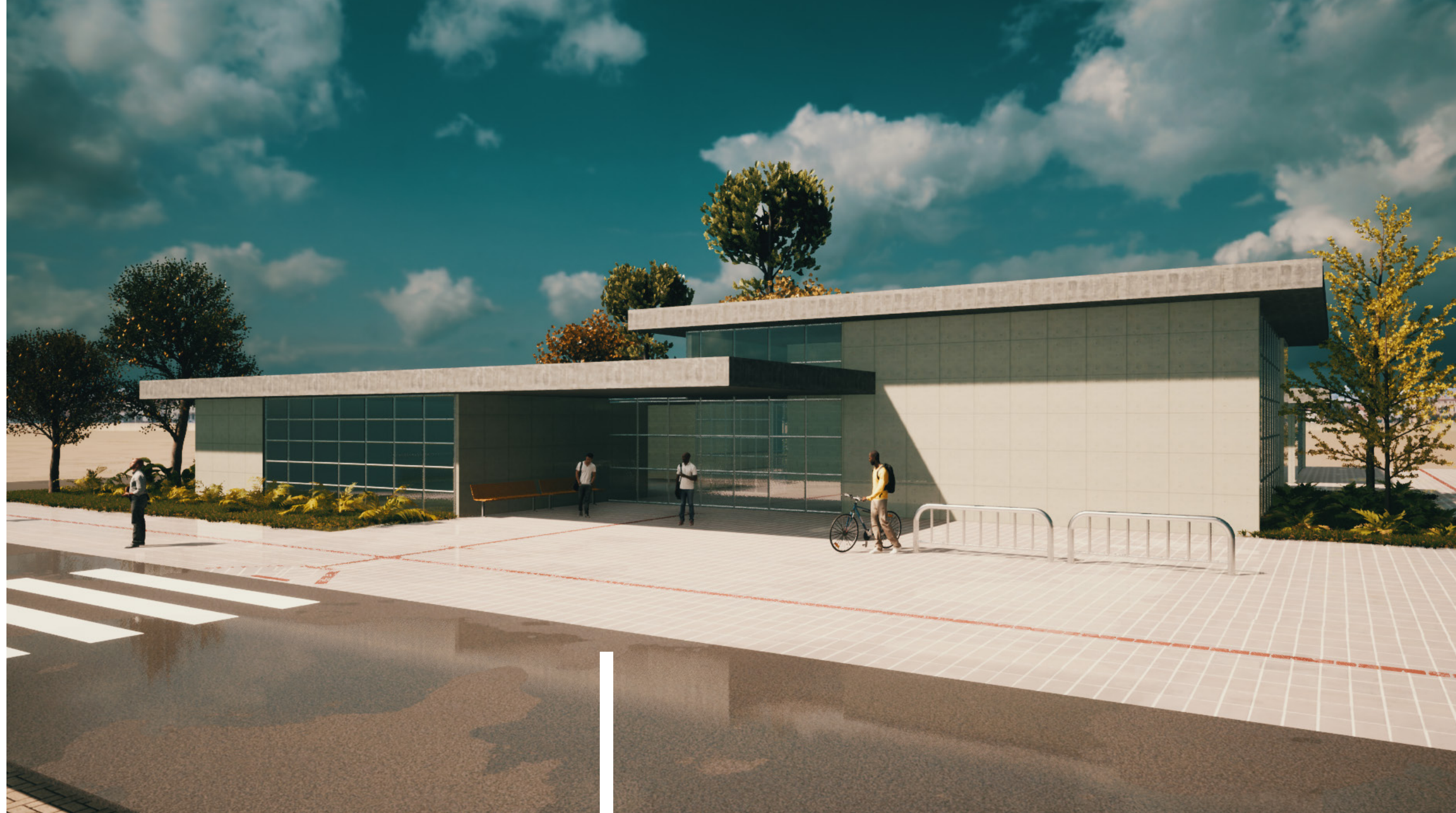
13.

Usina Fotovoltaica

A iniciativa da usina fotovoltaica está alinhada com os esforços globais para a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental. Instalada em Campo Morão, essa usina reduzirá significativamente os custos energéticos do Tribunal e demonstrará o compromisso do TJPR com práticas ecoeficientes. Com uma capacidade de produção de 5 megawatts, equivalente a 35% do consumo de energia do Tribunal, a usina é um exemplo concreto de como a instituição está adotando tecnologias verdes para reduzir sua pegada ecológica. A previsão é que a usina se pague em oito anos, iniciando uma fase de retorno financeiro que reforçará a eficiência e a economia de recursos.



14.



Novo Padrão Construtivo

O projeto do Novo Padrão Construtivo foi desenvolvido para responder às mudanças nos padrões de uso dos espaços após a pandemia. Com uma abordagem inovadora de construção modular, o TJPR criou designs de fóruns que podem ser adaptados ou expandidos conforme as necessidades futuras. Esse projeto melhora a funcionalidade dos espaços judiciais e, também, incorpora tecnologias modernas de construção para garantir ambientes de trabalho mais confortáveis e eficientes para magistrados e servidores. A implementação desse novo padrão já está em curso, com várias unidades em diferentes estágios de construção e planejamento.



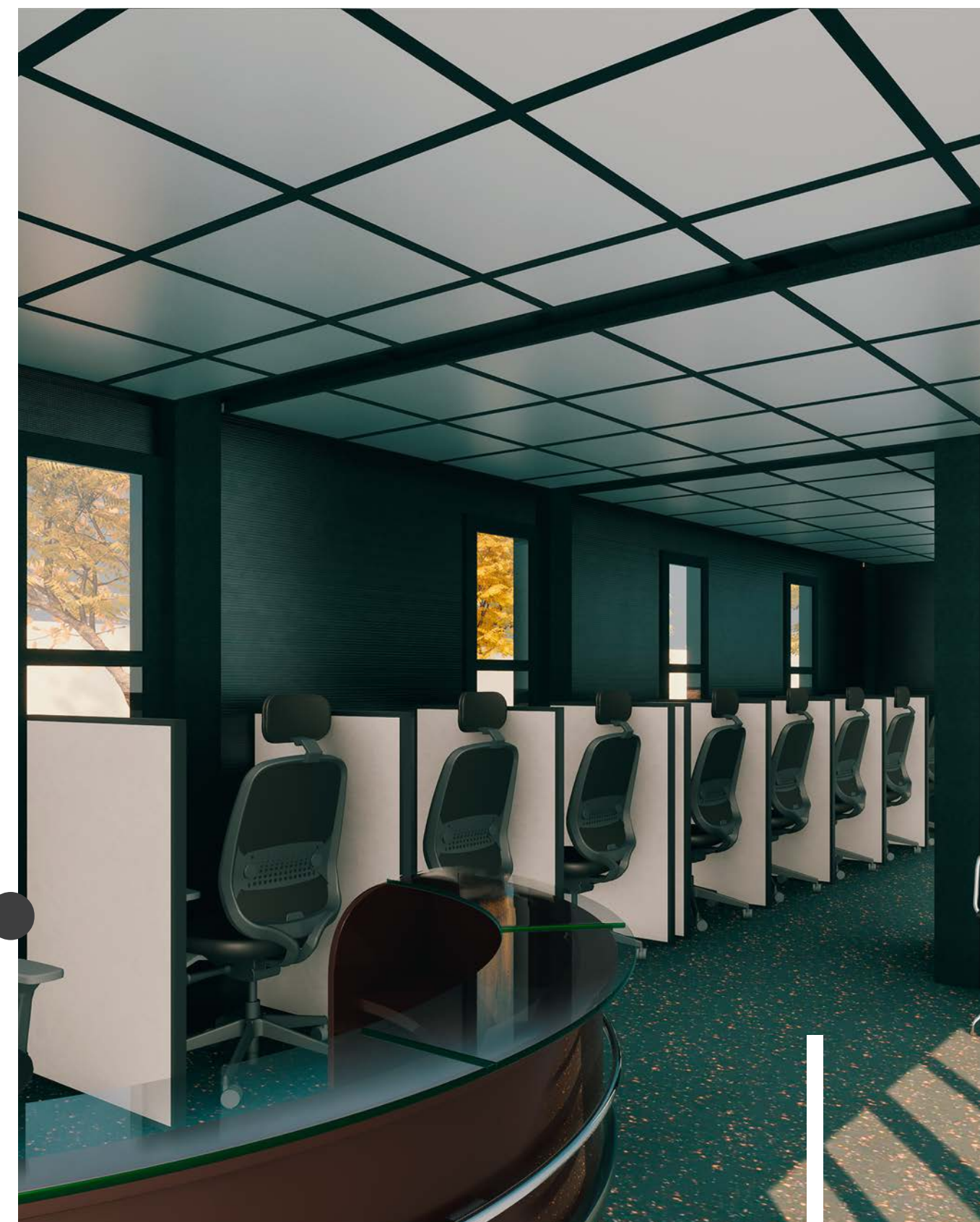


E-Fórum

O E-Fórum é uma revolução no acesso à Justiça, especialmente projetado para servir comunidades em locais remotos. Essas unidades modulares, construídas em fábricas fora do local de instalação, como peças de encaixar que podem ser montadas no local, oferecem serviços judiciais, além de funcionarem como centros de serviços comunitários, colaborando com instituições como o Ministério Público e a OAB. Este projeto exemplifica a visão que o Tribunal tem de aproximar os serviços judiciários da população, facilitando o acesso à Justiça e promovendo uma maior integração com a comunidade.



15.



Memorial de Direitos Humanos

O Memorial de Direitos Humanos do TJPR está em criação no Palácio da Justiça. Ele será um espaço multifuncional dedicado à reflexão e à memória dos direitos humanos, além de sediar seminários, workshops e outras atividades do Tribunal. Com um design imersivo e tecnológico, o Memorial proporcionará uma experiência interativa, combinando exposições sobre a trajetória dos direitos humanos com recursos audiovisuais avançados. Este projeto reflete o compromisso do TJPR em promover e defender os direitos fundamentais. Além disso, a proposta do Memorial é oferecer um ambiente dinâmico que inspira educação e ação em prol de um mundo mais justo e igualitário.



16.



Central de Movimentações Processuais (CMP)

A Central de Movimentações Processuais (CMP) é uma resposta direta às necessidades de eficiência processual. Com atualizações recentes, a CMP agora possui núcleos especializados que lidam com a movimentação processual de forma centralizada e padronizada. Este projeto, além de acelerar a tramitação dos processos, uniformiza procedimentos em todo o estado, garantindo que todas as comarcas operem sob os mesmos padrões de eficácia e rapidez. Desse modo, pretende-se reduzir desigualdades processuais e melhorar o atendimento ao público.



17.





18.

Secretarias Especializadas em Movimentações Processuais (Semp)

As Secretarias Especializadas em Movimentações Processuais (Semp) são uma extensão da visão de centralização e especialização processual do TJPR. Agrupando expertise em áreas específicas, essas secretarias permitem uma gestão mais ágil e especializada dos processos, o que é essencial para lidar com a complexidade e o volume de casos que o Tribunal enfrenta. Além disso, a especialização ajuda na formação de um corpo de funcionários mais conhecedor e eficiente, elevando a qualidade do serviço judiciário oferecido ao público.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARANÁ - TJPR
Praça Nossa Senhora de Salette, S/N
CEP 80.530-912 - Curitiba, PR
Telefone: 41 3200-2000
E-mail: presidencia@tjpr.jus.br

Mídias sociais: @ tjproficial